

Ensino remoto aprofunda
desigualdade de gênero
PÁGINA 6



LEIA TAMBÉM

- Projeto usa cultura popular no ensino da história afro-amazônica

PÁGINA 4

- Substitutivo da PEC 32 mantém ataques ao serviço público

PÁGINA 9

Só a luta muda a vida

São muitas as lutas que temos enfrentado nos últimos tempos, com ataques quase diários aos direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras. Avança no Congresso a PEC 32, a Contrarreforma Administrativa, que pretende desmontar os serviços públicos destinando o fundo público de forma malévolamente aos tubarões do capital.

É uma reforma que deforma. As políticas sociais de educação e saúde deixariam de ser públicas. É a consagração do balcão de negócios eleitorais, dos apadrinhamentos com a política do toma lá dá cá! O programa FUTURE-SE, apresentado pelo governo Bolsonaro, vem nesta mesma perspectiva.

Nesse cenário, pode ser um erro fatal fragilizar internamente o caráter público e democrático da universidade para responder a contingências conjunturais.

Temos buscado diálogo com a atual Reitoria, mas

as justificativas apresentadas pelos representantes em audiência com a diretoria da ADUFPeL não são aceitáveis, especialmente no que se refere à tentativa de impor obrigatoriedade à gravação das aulas, sem amparo legal e muito menos pedagógico.

A insatisfação e o desacordo expressos nas reuniões, tanto do Conselho de Representantes quanto da Assembleia da ADUFPeL-SSind, emergem como denúncia contra a forma aligeirada na tramitação de recentes processos que impactam as atividades acadêmicas e administrativas das unidades e precarizam o trabalho.

Estamos, por isso, exigindo que a Reitoria não abra mão do diálogo amplo e democrático que dela se espera no trato de questões relacionadas à UFPeL; que promova debates sem atropelos de prazo, que estes sejam com a participação efetiva da comunidade universitária nas decisões e, para isso, que estabeleça um processo de

negociações respeitoso com a ADUFPeL-SSind.

Está em curso um processo de precarização do trabalho, expresso na responsabilização docente pelos riscos e inconsistências de decisões tomadas de cima para baixo. Os docentes, ao longo da pandemia, estão atuando no Ensino Remoto Emergencial e têm comprometido parte da remuneração para adquirir materiais, equipamentos e ainda usado a casa como espaço de trabalho. Isto é injusto, mas parece cômodo para gestores que nunca colocaram o investimento em educação como prioridade. O ataque à educação é projeto do Governo e se institucionaliza a partir de um conjunto de atos que, muito por conta do contexto pandêmico e da sobrecarga coletiva, não recebem o devido tempo para o entendimento de seus impactos.

A pressão ao retorno presencial sem as condições sanitárias e imunização da população pela vacina, avança

no âmbito das gestões educacionais e governos. As entidades sindicais e movimentos sociais têm reagido em defesa da vida, vacina, pão e educação num contexto de risco e de profundos ataques.

Com a unidade em torno do Fora Bolsonaro e a situação insustentável pela qual atravessa o país, temos aglutinado milhares de pessoas que não se conformam diante da retirada de direitos e das quase 600 mil vidas perdidas por conta de uma política genocida.

Com máscara no rosto, cartazes e bandeiras na mão fomos às ruas em vários momentos e assim o fizemos no dia 18 de agosto, no Largo do Mercado Público, dialogamos com a população sobre as pautas que nortearam o dia: a defesa da educação, da ciência, da vida e contra o desmonte dos serviços públicos.

É necessário intensificar, mais ainda, as mobilizações e o diálogo com a população.

Só a luta muda a vida!



MURAL

SIGA NOSSO CANAL E ACOMPANHE NOSSO CONTEÚDO EM VÍDEO

YOUTUBE.COM/ADUFPEL

Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPeL - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPeL) . Tiragem: Digital (excepcionalmente durante a pandemia de COVID-19)

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Andriolli Costa (MTB 896/MS) - Diagramação: Andriolli Costa. Capa: Andriolli Costa. adufpel.org.br

Presidenta: Regiana Blank Wille
Primeiro Vice-Presidente: Luiz Henrique Schuch
Segunda Vice-Presidente: Valdelaine da Rosa Mendes
Secretária Geral: Celeste dos Santos Pereira
Primeira Secretária: Elaine da Silva Neves
Segundo Secretário: Diogo Franco Rios
Primeiro Tesoureiro: Henrique Andrade Furtado de Mendonça
Segunda Tesoureira: Beatriz Fanchini
Terceiro Tesoureiro: Júlio César Emboava Spanó

Contato: secretaria@adufpel.org.br / (53) 98405-3726
 Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br
 Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . Cep: 96015-190 .

ATENDIMENTO EXTERNO: suspenso durante pandemia de COVID-19. Procure a ADUFPeL-SSind por meios digitais das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Docentes cobram resposta da Reitoria sobre condições de funcionamento da UFPel

A categoria docente da UFPel e do IFSul-CaVG exige, amparada pela Lei da Transparência, respostas da reitoria da UFPel em relação a algumas das pautas resultantes das últimas Assembleias Gerais da ADUFPel-SSind, referentes a informações orçamentárias e de pessoal terceirizado e sobre a relação da UFPel com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Desde que o assunto começou a ser debatido, foram encaminhados três ofícios à gestão da Universidade. O primeiro foi protocolado no dia 12 de julho, o segundo em 28 do mesmo mês e o terceiro no dia 20 de agosto, reiterando os pedidos anteriores.

Dados orçamentários

A demanda por dados orçamentários e financeiros da Universidade, tabulados por ano civil de 2015 a 2021, ajudará a avaliar as condições de trabalho no momento em que for possível retornar o desenvolvimento curricular presencialmente e os desafios causados pelo constante corte no repasse de verbas públicas. Solicita-se também a quantificação do déficit projetado para 2021 caso o orçamento permaneça restrito ao que está disponível.

É no mesmo sentido que são requeridas informações sobre despesas com terceirizados bem como os quantitativos desses trabalhadores

por segmento (vigilância, recepção, etc.) e custos de manutenção dos espaços físicos. Cabe lembrar que o orçamento de custeio, que compreende estas despesas, sofreu redução pelo segundo ano consecutivo em 2021.

EBSERH

Outro aspecto relevante trata-se da transferência

do patrimônio público para a EBSERH, empresa que administra o Hospital Escola da UFPel desde 2014, cujo contrato, válido por dez anos, foi assinado mesmo sob forte rejeição da comunidade acadêmica.

Apesar de se encaminhar para a sua vigência final, o empréstimo de patrimônios móveis e imóveis é uma das cláusulas do contrato de gestão, o que tem afligido a categoria docente. Como a sede do HE, localizada na rua Professor Araújo, é alugada, não pode ser cedida. Por esse motivo, a UFPel apontou à empresa os espaços próprios usados pelo hospital e passíveis de cedência.

Em busca de diálogo, a ADUFPel pediu audiência e resposta formal sobre o assunto, pois entende como preceito de transparência na administração pública o compartilhamento de infor-

mações detalhadas sobre o processo que envolva o patrimônio da Universidade na sua relação com a EBSERH, bem como as iniciativas já adotadas pela administração e a tramitação pretendida. A entidade também chegou a divulgar uma carta-denúncia aberta à comunidade sobre a questão. [Acesse aqui.](#)

Divulgação de boletins

Ainda, docentes solicitaram a divulgação pública online dos boletins epidemiológicos sobre Co-

vid-19 completos, semanais e por unidades da UFPel. Porém, a pauta não foi contemplada pela Reitoria.

Em ofício encaminhado pela gestão à diretoria da ADUFPel no dia 18 de agosto, referente a solicitação formal enviada no dia 13, a gestão comprometeu-se em publicar no site as informações periodicamente, informando o número de casos suspeitos e os confirmados, bem como o número de contatos em isolamento, mas sem a divulgação por unidades.

Conforme aponta a administração, o pedido não será atendido “a fim de preservar o sigilo dos indivíduos, informações detalhadas sobre unidade e categoria (docen-

te, TAE, discente, servidor terceirizado)”.

Diretoria pede diálogo

Segundo a presidente da ADUFPel, Regiana Wille, a diretoria tem questionado qual o tipo de democracia tem sido aplicada pela Reitoria, já que normas e regras passam a vigorar sem qualquer diálogo com a comunidade acadêmica. “É nisso que nossa universidade irá se transformar? Servil ao MEC, com sua política de desmonte dos serviços públicos, entre eles a educação, a ciência e a saúde, ou ao conjunto da universidade e da sociedade?”

Em relação à EBSERH, a docente salienta que é preceito de transparência, na administração pública, o compartilhamento de informações detalhadas sobre o processo que envolva o patrimônio da Universidade. De acordo com ela, a transmissão e publicização das discussões devem dizer respeito à coletividade e não às vontades individuais.

“É, portanto, imprescindível que a Reitoria não abra mão do diálogo aberto e democrático no trato de questões relacionadas à UFPel. São necessários debates e a promoção de diálogo com tempo suficiente, considerando a ampla participação da comunidade universitária nas decisões e que ocorra um processo de negociações respeitoso com a ADUFPel-SSind”.

Para Regiana Wille, é imprescindível que a Reitoria não abra mão do diálogo aberto e democrático.



Marcos Moura (esq.) com Ajuri

Projeto usa cultura popular no ensino da história afro-amazônica

Mocambo é morada do sonho cabano / Navega nas águas do nosso rio-mar / Iretê, Puru, Madeira, Trombetas, Negro, Tapajós, Andirá.

Sou do São José! / São Benedito, Verequete / Sou do carimbó, lundu e siriá / Retumbão, cordão de pássaro, marambiré, marabaixo e boi-bumbá.

O toque do tambor retumba pelo corpo, ritmado pelo som no couro de veado e de quati. Mas o que reverbera mesmo, quando a batida termina, é a mensagem que fica. Marcos Moura, produtor cultural, cientista político e um dos compositores da toada que abre esta

materia, a “Quilombolas da Amazônia”, compreende esta potência.

“Muitos não têm acesso ou hábito de leitura, mas ouvindo uma toada você aprende muito”, pondera ele em [entrevista](#) ao podcast Viração, da ADUFPeL. A assertiva está longe de ser uma hipérbole. Cada verso da música acima é carregado de informação e reconhecimento, que ficam incubados no povo que escuta.

A letra fala da Cabanagem, a maior revolta popular do país, que entre 1835 a 1840 reuniu negros, indígenas e caboclos contra as elites do antigo Grão-Pará; incorpora os rios e seus afluentes; inclui na reverência religiosa tanto São José quando o padrinho

dos negros, São Benedito, e o vodum Verequete; celebra as folguedos e manifestações da cultura popular.

Com a cultura como caminho para o ensino e desvelamento da história, surge o projeto que Marcos encabeça como diretor do Instituto Cultural Ajuri: o Escola Afroamazônica. Trata-se de um conjunto de ações para escolas de Ensino Médio voltadas para trabalhar as narrativas, vivências e lutas dos povos negros, indígenas e ribeirinhos do Baixo Amazonas.

A ideia surge da causa. Marcos, que se apresenta como um “ex-moreno” que se reconhece afrodescendente quando passa a integrar o movimento negro, identifica

a mesma dificuldade em sua região. “Muitos não têm orgulho negro, não têm orgulho indígena ou amazônico, e isso tudo pode ser desconstruído com protagonismo”. Os desafios são muitos, e perpassam o racismo, a intolerância religiosa e a própria educação.

“A escola é um aparelho ideológico do Estado e o projeto educacional está a serviço de um estado burguês, construído por uma elite branca que se reveza no poder ao longo da história e que nega oportunidade através do racismo estrutural. Uma lógica perversa, mascarada pela ideia de ‘democracia racial’ que nega identidades”, reflete ele.

Envolvido há décadas

com as tradições populares. O termo “Ajuri”, nome do instituto que atua há 13 anos em Parintins/AM, vem do Tupi e significa “multidão”. É nesse ajuntamento de povos e saberes que Marcos vislumbra o projeto. “Acredito que a superação destes desafios venha através da educação, do movimento social e de nossa capacidade de exercer um direito constitucional de controle social das políticas públicas. Levamos ao poder público uma sugestão de educação libertadora, popular, afro-amazônica, irmanada com os povos indígenas e ribeirinhos”.

Projeto

O Escola Afro-Amazônica surge como um projeto a partir do direcionamento de uma emenda parlamentar para o Instituto Manaós, parceiro do Ajuri. Nesta caminhada coletiva, incorpora-se também a parceria do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, o CEAP, para fundamentar as pesquisas relacionadas à diáspora negra e história do continente africano.

A movimentação se justifica para o atendi-

mento das Leis 1.639/2003 e 11.645/2008, que versam respectivamente sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação. Para tanto, foram produzidas uma série de ações para complementar e aproximar o currículo da realidade local e adaptadas ao período da pandemia.

No total são 14 vídeo-aulas que abordam de cultura africana à presença negra na Amazônia e desdobramentos da cultura popular. Publicou-se igualmente uma edição da revista Etnias, que reúne mais de uma dezena de pesquisadores e mestres populares, entrecruzando saberes para explorar ainda mais elementos da cultura local – que deverá ser disponibilizado em breve na forma de ebook.

Foi produzido também um CD didático com ritmos, músicas africanas, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, bem como um show gravado com a mesma perspectiva educacional em que as músicas são alternadas por explicações sobre a história da manifestação e da comunidade que ela representa. Além da história em qua-

drinhos Histórias e Mitos da Amazônia, ilustrada por Levi Gama e com pesquisa e fundamentação do próprio Marcos Moura.

Por fim, há ainda cadernos pedagógicos, qual livros didáticos, que refletem sobre modos de implementar perspectivas pedagógicas afro-indígenas e sobre a história da intolerância religiosa na contemporaneidade – algo fundamental em um país em que o racismo religioso ainda é gritante. “Isso precisa ser debatido e a escola é um espaço estratégico para isso, para construir cidadãos mais preparados para as grandes questões contemporâneas”, propõe Marcos.

Tensões

Após um considerável tempo de pré-produção, elaborando todos os materiais que didáticos necessários, o Escola Afro-Amazônica deverá ser implementado em fase piloto no dia 20 de setembro nos municípios de Borba e Parintins.

Em Borba a ação ocorre na Escola Estadual Lothar Sussman, envolvendo 375 estudantes. Já na ilha, são 200 estudantes que receberão as

ações de ensino no Colégio Estadual de Tempo Integral Deputado Gláucio Gonçalves (CETI) e na Escola Estadual Dom Gino Malvestio.

Em tempos de Escola Sem Partido, e em que o conservadorismo intolerante não mais se envergonha de mostrar a própria face, como trabalhar um projeto integrador, reflexivo e crítico em um ambiente como a escola pública?

Para Marcos Moura, o objetivo é realmente tensionar. “Se nós não provocarmos, quem vai fazer isso? A educação formal? O poder público? Não estamos fazendo nada além do que temos direito”, reforça.

Para o cientista político, mesmo para além do “perverso contexto conjuntural” representado pelo governo Bolsonaro e a ascensão da Direita conservadora, os temas já causariam dilemas. “É preciso passar por isso. E construir com muita verdade, alegria e amorosidade essa educação libertadora tão necessária para a formação dos jovens do futuro”, finaliza ele.



Marcos Moura durante gravação de show



Janaina com a filha 1 de ano e 4 meses

OUÇA O PODCAST

Trabalho remoto na pandemia

Professoras relatam desafios e angústias

Mais de um ano já se passou desde a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na UFPel, em 22 de junho de 2020. A medida, tomada mesmo diante de críticas da comunidade acadêmica e sem debate, foi imposta como alternativa para a manutenção das atividades acadêmicas no ensino de Graduação e de Pós-Graduação durante a pandemia de COVID-19.

O Calendário Alternativo iria estender-se, inicialmente, por 12 semanas, entretanto, o agravamento da pandemia e a situação crítica pela qual tem atravessado o país resultaram na impossibilidade de retorno presencial e as aulas remotas foram ampliadas por um período maior.

Nesta conjuntura, docentes tiveram de se adaptar

rapidamente e viram suas jornadas de trabalho intensificarem-se, principalmente pela inexistência de amplo diálogo e planejamento que assegurasse os direitos da categoria e proporcionasse condições adequadas de trabalho remoto. E, mesmo tendo somado esforços para garantir que o ERE seja menos excludente possível, há barreiras que não permitem que isso ocorra.

O recorte de gênero é um dos que precisam ser feitos quando trata-se de pandemia e trabalho remoto. As professoras sentem cotidianamente as desigualdades, e a adaptação ao inesperado tem sido ainda mais desafiadora para elas. Tendo que incorporar outras tarefas à sua rotina, viram, literalmente, tempo e espaço se confundi-

rem e as demandas aumentarem.

Maternidade

Para Janaina Cardoso Brum, professora do Centro de Letras e Comunicação (CLC) da UFPel e mãe da Iná, de 1 ano e 4 meses, que nasceu durante a pandemia, a vida pessoal e laboral se entrelaçaram e o desafio está sendo conciliar isso tudo. Por um lado, ela conta que não precisou lidar com uma série de questões que são drásticas para as mães que retornam da licença maternidade, que incluem deixar seu filho ou filha sob cuidados de outra pessoa em casa ou creche, mas, por outro lado, essa indivisão sobre a vida pessoal e o trabalho faz com que tudo se misture e, inevitavelmente, uma delas

seja lesada.

“Se já fica prejudicada quando a gente está em uma situação que chamamos de normal, com a questão da pandemia, do isolamento, do ensino remoto, isso fica muito mais complicado. O cansaço é uma coisa absurda no final do dia. É claro, nós somos professoras universitárias e temos uma série de garantias que outras profissionais não têm. Nós temos, inclusive, uma licença maternidade que pode ser estendida por seis meses. Profissionais do setor privado, não. Mas, também, não existe nenhum outro tratamento especial para essa questão”, aponta.

A maneira que encontrou para melhor realizar o trabalho em casa foi transformar a cozinha em seu escritório.

“Como eu tenho uma filha pequena, tenho que fazer a comida dela. Então, essas coisas ficam mais práticas, só que ainda não são o ideal. (...) Então, frequentemente eu dou aula com a minha filha no colo porque, estando em casa, ela quer ficar comigo e tem demandas que outras pessoas também não podem suprir. E, de outra parte, o contrário também”.

Segundo Janaina, uma série de questões existentes e a crença de que os filhos possuem, naturalmente, mais laços com a mãe dão suporte para que as mulheres fiquem ainda mais sobrecarregadas durante a pandemia e o ensino remoto. Este, confidencia, é o seu caso. “Eu não tenho um companheiro para dividir atividades e também não tenho nenhuma ajuda do pai da minha filha, no sentido de cuidar. Então, me considero uma mãe solo. Tudo isso acaba impactan-

do no trabalho e também na qualidade de vida”.

“Há pouco, eu estava olhando uma reportagem que chegou à conclusão de que as mulheres são a imen-

**“O ensino remoto é excludente de forma geral e aprofunda ainda mais a desigualdade de gêneros”
- Janaina Brum.**

sa maioria das pessoas que tiveram sintomas de depressão, ansiedade e outros relacionados à pandemia. Isso não é uma tendência natural das mulhe-

res, mas se a gente for pensar que, no conjunto de mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho, nós temos aí uma quantidade grande de mães ou de mulheres que têm companheiros que não dividem tarefas e acabam assim. Simone de Beauvoir diz que, numa crise, as primeiras a perderem seus direitos são as mulheres. Isso funciona numa pandemia para além das mortes, das perdas, do estresse e do medo que a gente carrega”.

Ao falar de um lugar de escuta e de vivência de nar-

rativas, Vanessa Doumid Damasceno, professora e diretora do CLC, conta que ouviu relatos de estudantes e colegas que vivenciam a maternidade e, agora, são obrigadas a dividir o seu espaço e tempo profissional com o pessoal. “Por meio da escuta, das pessoas que me rodeiam e que são mães, é muito difícil. É difícil conciliar esse espaço de ser mãe, de ser profissional, de ser estudante, com a atenção que o filho exige, porque o filho também não está tendo aquele contato que ele teria se não fosse a conjuntura. Eu escuto muito das estudantes a dificuldade que está sendo ser aluna nesse ensino remoto”.

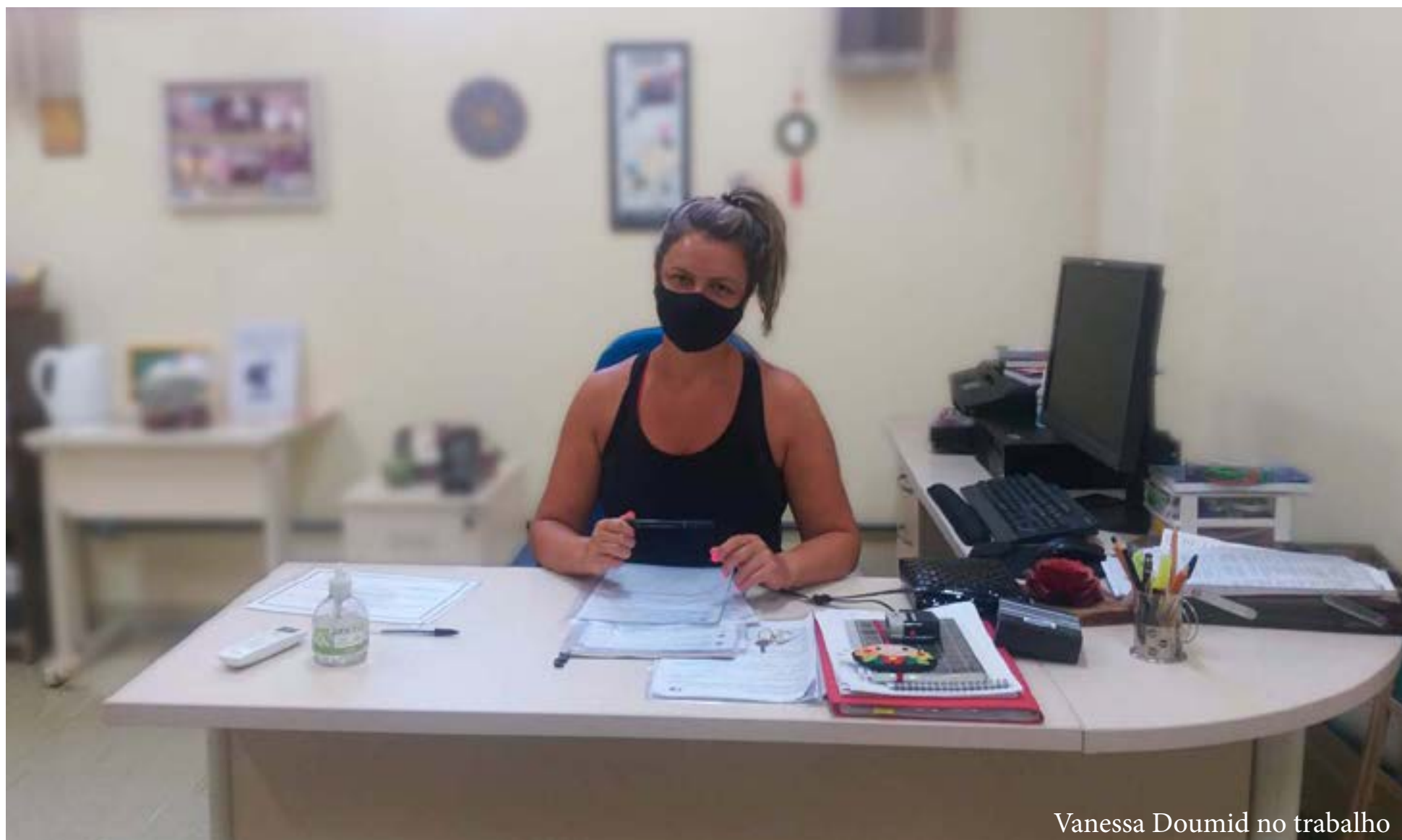
Para amenizar os impactos do ERE e dar apoio a essas mulheres, a direção do CLC, juntamente ao Diretório Acadêmico de Letras, criou um grupo no WhatsApp para oferecer ajuda e mediação às estudantes mães. A medida surgiu a partir de uma demanda por espaço para discutir questões como essa dentro da UFPel. “O que sempre acontece, infelizmente, em alguns espaços da nossa Universidade, é

pensar ações sem escutar as pessoas que são mães. O que acontece é que quem pensa, às vezes, não é quem deveria, no sentido de estar naquele lugar”, ressalta Vanessa.

De acordo com Janaina, se antes já não havia um suporte específico para mães ou cuidadoras principais de crianças, hoje isso se revela ainda mais. “Não foi uma questão pensada por ninguém na Universidade e eu imagino que em lugar nenhum”. A docente ainda complementa: “O ensino remoto é excludente de forma geral e aprofunda ainda mais a desigualdade de gêneros”.

Sobrecarga

Conforme salienta Vanessa, não faz parte da formação docente trabalhar da forma como foram impostas as mudanças. Não houve tempo para respirar, o trabalho adentrou o espaço pessoal. “Invade e continua invadindo nossa privacidade, mas de uma maneira que é assustadora, porque a gente se cobra muito, é cobrado e parece que não vai dar conta. (...) Às vezes, têm imposições que vêm e nos pegam



Vanessa Doumid no trabalho



Cozinha se tornou ambiente de trabalho possível

de surpresa. O vírus já é veloz, o número de mortos já é veloz, o resto não pode ser”.

Segundo ela, como diretora do CLC, em um primeiro momento, buscou dialogar com a gestão da Universidade para que houvesse mais cautela e calma na execução do Calendário Alternativo. O desejo não era paralisar as atividades como um todo, mas ter tempo para a sua construção de maneira que garantisse a adaptação de todos os envolvidos no processo e para que fosse o menos excludente possível.

Por conta da falta de um planejamento adequado e de um regramento pensado para que as relações de trabalho acontecessem de uma maneira mais adequada, as docentes têm se sentido sobrecarregadas.

Ambas frisam que mesmo antes da pandemia o tra-

balho docente não era restrito somente às horas em sala de aula, porém, a partir do ERE, isso se intensificou. “Existe essa crença de que estar em casa é estar descansando, e os professores e as professoras sabem que isso não é verdade, mesmo antes da pandemia, porque boa carga do nosso trabalho

é feita em casa, onde quer que a gente esteja, mas fora do ambiente de trabalho, para avaliar atividades, provas, enfim. Na pandemia, para mim, isso aumentou, porque tem todo o trabalho invisível que a gente faz para preparar o ambiente virtual, o e-aula, e toda uma relação que se estabelece

com os estudantes”, explica Janaina.

Esse trabalho invisível expressivo inclui, ainda, o contato com os e as estudantes, que na modalidade virtual é ainda mais desafiador e sem fim. “Quando é

presencial, as dúvidas acontecem ali na sala de aula, mas quando é remoto, não. A gente tem esse tripé, de ensino, pesquisa e extensão, e obviamente o que aparece é um percentual que é o menor de tudo que a gente faz”, comenta Vanessa.

“Então, não é raro eu receber mensagens de estudantes no domingo, depois da meia-noite, no meu WhatsApp. Claro que é uma escolha do professor dar ou não o WhatsApp, mas os grupos funcionam também para o ensino remoto. É uma

escolha, mas não é exatamente uma escolha porque a gente tem que achar formas também de criar um am-

biente mais próximo daquele que é o presencial”, explica Janaina.

Adaptação

Mesmo após um ano de trabalho remoto, as docentes confessam que não se sentem habituadas. “No meu ponto de vista, não tem como se sentir adaptada. Nós estamos em uma situação de exceção. Por mais que nós queiramos esquecer a quantidade de mortes, de famílias sofrendo, de pessoas doentes e com sequelas, por mais que a gente queira esquecer a leveza com o que o nosso governo lidou com essa pandemia, e nos adaptarmos, por uma questão de saúde mental, não dá para considerar que nós estejamos adaptados”, enfatiza Janaina.

De acordo com Vanessa, ela tanto não se sente acostumada como confessa estar cansada. “A gente está cansada dessa maneira como tem que se adaptar. A gente tá sempre adaptando e, neste momento, em como ser docente, como ser gestão de uma maneira remota. Acho que as palavras, agora, seriam que estamos cansadas e desanimadas, não só pela maneira como estamos trabalhando, mas também pela conjuntura. (...) Acredito que a gente nunca vai se adaptar a essa imposição que foi feita em função dessa pandemia, de trabalhar de uma forma diferente. Estamos cansadas em função de tudo que se soma para ser docente dessa maneira”.

**“Estamos cansadas e desanimadas, não só pela maneira como estamos trabalhando, mas também pela conjuntura”
- Vanessa Doumid**

Ouçã também:

Muito dos problemas relacionados à precarização do ensino público que vimos nesta matéria dialogam com a temática do episódio 84 do podcast *Viração*. Nele, recebemos Valdelaine Mendes, docente da Faculdade de Educação e 2ª vice-presidente da ADUFPel para discutir a mercanti-

lização da educação pública, uma estratégia neoliberal que busca enfraquecer as instituições de ensino e consolidar em sua lógica um empreendedorismo excludente que mascara a escassez. Você pode ouvir ao episódio clicando na imagem ao lado ou no seu agregador de podcasts.





Substitutivo da PEC 32 mantém ataques ao serviço público

Apesar do desejo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de impor celeridade à votação da contrarreforma administrativa, as discussões envolvendo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 parecem longe de acabar.

Em um novo capítulo, o deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), relator da proposta, protocolou seu parecer no dia 31 de agosto. Nele, encontramos o recuo de diversos pontos polêmicos, especialmente no que tange os serviços públicos.

O texto original, apresentado pelo Governo ainda em 2020, trazia entre as medidas a mudança nos critérios de acesso, por meio do chamado "vínculo de experiência". Ao passar em um concurso, a pessoa deveria trabalhar por dois anos para só então ser informada se seria efeti-

vada ou não. Outra medida, ainda mais polêmica, e que também foi rejeitada era o fim da estabilidade para os novos servidores públicos. A PEC estabelecia cinco tipos de vínculos no serviço público para futuros entrantes e restringia a estabilidade apenas aos ocupantes dos chamados "cargos típicos de Estado".

Ainda com modificações em relação à proposta original, o substitutivo mantém os principais ataques à população brasileira, bem como ao conjunto do funcionalismo público. Das 45 emendas apresentadas à proposta na comissão especial, o relator acolheu totalmente 7 e parcialmente 20.

Embora esteja sendo anunciado como uma melhoria na proposta, o texto do relator ainda traz sérios prejuízos para os servidores

e as servidoras e aprofunda o desmonte dos serviços públicos. Um deles está contido no artigo 37A, que dispõe sobre a terceirização e privatização de serviços públicos, como Saúde e Educação, através dos sistemas de cooperação.

Outra questão a se atender é que em seu novo texto, o desligamento de um funcionário público somente poderá ocorrer caso o seu cargo torne-se desnecessário ou obsoleto e em situação de desempenho insuficiente – uma métrica a ser definida por um sistema de avaliação de desempenho que contará com participação cidadã.

“O cidadão poderá entrar no gov.br para dar sua opinião sobre o serviço que está lhe sendo prestado, seja pela professora do seu filho, seja pelo atendimento que ele teve quando foi tirar uma

carteira de habilitação”, pontuou o parlamentar.

Em um contexto de "Escola Sem Partido", em que a perseguição e ataque a professores são estimulados sempre que estes ministram conteúdos julgados "inapropriados" pela ala mais conservadora de pais e mães, fica a dúvida: não será esta tentativa de sistema participativo o caminho utilizado pelos que desejam a precarização do funcionalismo?

Próximos passos

A PEC 32 deve ser votada entre os dias 14 e 16 de setembro na comissão especial. Depois disso, o texto precisa ser levado à discussão no plenário da Câmara. Caso obtenha o apoio de mais de 308 deputados, em dois turnos de votação, segue para o Senado Federal.



Pesquisa antropológica da UFPel investiga universo travesti

A proposta surgiu como um desafio. Era 2016 e a professora Louise Prado Alfonso, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel, dialogava com profissionais do sexo durante uma etnografia urbana ao centro da cidade quando ouviu a queixa: “Eu jamais entraria em uma universidade”, constatou uma travesti. Aquele espaço, dizia, não lhe pertencia.

Tornar a universidade não apenas mais diversa, mas também mais integrada aos desafios e necessidades manifestas pelos grupos sociais marginalizados foi o que deu forma ao projeto de pesquisa “Margens: Grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas/RS”. Vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), o projeto comporta uma série de ações de

extensão, incluindo uma que surgiu diretamente da provocação ouvida: “Mapeando a noite: o universo travesti”.

O projeto tem por objetivo entender as experiências das travestis que trabalham à noite nas ruas de Pelotas, especialmente na região do centro da cidade. Em entrevista ao podcast *Viração*, Louise Prado Alfonso expõe os modos como a cidade que construiu sua identidade em cima das narrativas da época do charque, recebeu também a pecha de “cidade de viados”. Tomar para si esta nomenclatura é um caminho para desnudar os outros modos de ver a cidade, que também é negra, que também é gay, que também é plural.

Entendemos mais sobre essas dinâmicas observando o trabalho de alguns pesquisadores que integraram o grupo,

como é o caso da dissertação de Vanessa Ávila Costa, que cartografa o centro a partir da Fonte das Nereidas.

Parte de um projeto de europeização da paisagem, planejada para o lazer das elites, a fonte é ressignificada por uma série de grupos sociais que lhe atribuem identidade. As travestis, por exemplo, converteram o chafariz em local de trabalho e de formação de identidade. “De acordo com Juliana Martinelli, travesti e trabalhadora sexual que atuou como interlocutora do projeto antes de seu falecimento em 2017, é na Fonte das Nereidas, à noite, que ocorre um ritual: o batismo das travestis, com seu ‘nome de guerra’”.

Por certo que a paisagem é carregada de elementos que agem no processo de exclusão das trabalhadoras sexuais.

Ainda assim, ante a ostensividade da arquitetura elitista, elas encontram formas de se apropriar da área central: “o centro é nosso palco”, destaca uma informante.

Trabalhadora sexual e doutora em linguística pela Unicamp, Amara Moira expõe em seu livro “E se eu fosse Pura” os atravessamentos do preconceito. “A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir”. E conclui: “Sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem ao trabalho sexual”.

Só o tempo irá dizer se a Universidade será capaz de se tornar o espaço de acolhimento que em potência já deveria. No entanto, o projeto do GEEUR segue fazendo avanços.



Vitória para o trabalhador

Senado rejeita MP da minirreforma trabalhista

O governo Bolsonaro passou por mais uma derrota no dia 1º de setembro. A Medida Provisória 1045/21, projeto que pretendia aprofundar o desmonte dos direitos trabalhistas, foi rejeitada no Senado Federal por 47 a 27 votos.

O resultado representa uma vitória ao trabalhador e à trabalhadora brasileiros, que terão seus direitos preservados. Com isso, o governo não poderá editar outra MP com o mesmo teor ainda neste ano.

O texto havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, por 304 votos a 133, no dia 10 de agosto, e previa a alteração de uma série de pontos da CLT, criando modalidades de emprego sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas e previdenciários e instituindo o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

A MP, chamada de minirreforma trabalhista, era semelhante ao programa Carteira Verde e Amarela, proposto pelo Governo da mesma forma e que perdeu a vigência sem ser votado no prazo. Com ele, trabalhadores teriam menos direitos, como FGTS com alíquota reduzida e 13º proporcional, por exemplo.

A remuneração máxima seria de até dois salários mínimos (atuais R\$ 2.220,00) e bônus de até R\$ 275 ao empregado contratado para tra-

balhar 44 horas semanais. O patrão poderia compensar com o repasse devido ao Sistema S até o valor correspondente a 11 horas de trabalho semanais por trabalhador com base no valor horário do salário mínimo.

Ainda, autorizava a suspensão de contratos e a redução proporcional da jornada e do salário, que poderia ser de 25%, 50% ou 70%. Se houver redução de 50%, as trabalhadoras e os trabalhadores teriam direito a 50% do salário e a 50% do seguro-desemprego por mês. Como o seguro é calculado sobre a média dos salários, o valor não chegaria a ser o mesmo que o reduzido.

Segundo a MP, o Programa Emergencial iria garantir o pagamento de uma parte do seguro-desemprego ao trabalhador que tivesse o contrato suspenso ou o salário e a jornada reduzidos. Inicialmente, as regras seriam válidas por 120 dias contados da edição da medida provisória (28 de abril), mas poderão ser prorrogadas pelo governo federal apenas para as gestantes.

Direitos dos jovens

Também estava incluída na MP a criação do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), o qual criaria uma modalidade de trabalho totalmente à mar-

gem da legislação trabalhista. Ela iria vigorar por prazo determinado (três anos) e se destina ao público jovem, entre 16 e 29 anos, sem registro em carteira de trabalho há mais de dois anos e a beneficiários de programas sociais com renda mensal familiar de até dois salários mínimos.

Com ela, não haveria vínculo empregatício, carteira assinada, direitos trabalhistas e previdenciários. O programa previa o pagamento de um bônus e vale-transporte pelo trabalho em jornadas semanais de até 22 horas e de uma bolsa por participação em cursos de qualificação de 180 horas ao ano. Os benefícios para o trabalhador não passariam de R\$ 550.

Trabalho voluntário

A MP ainda criava o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário, também sem qualquer vínculo trabalhista. Ele seria instituído para jovens de 18 a 29 anos e a pessoas com mais de 50 anos, com duração de 18 meses em atividades de interesse público dos municípios.

Da mesma forma que os outros programas previstos na MP, o selecionado deverá realizar curso de qualificação profissional. O monitoramento do programa seria feito pelas cidades de forma informatizada. Já a jornada de tra-

balho seria de 48 horas mensais, limitada a 6 horas diárias por pessoa, em cada pessoa jurídica de direito público ofertante. Esse trabalho seria feito em, no máximo, três dias da semana, sendo permitida a prorrogação da jornada e a instituição de regime de compensação pelo município, nos termos do regulamento.

Derrota importante

De acordo com a CSP-Conlutas, a rejeição da MP 1045 deve ser comemorada. Durante os últimos meses, a pauta integrou a centralidade da luta pela garantia de direitos. A gravidade com a qual a medida atingia os e as trabalhadoras foi denunciada pelo ANDES-SN, pela CSP-Conlutas e demais centrais sindicais, sindicatos e diversas outras entidades, como o MPT.

Em 24 de agosto, representantes de centrais sindicais reuniram-se com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para cobrar que o texto caducasse. Os dirigentes reforçaram a posição de que a medida promove uma nova reforma trabalhista, extremamente prejudicial aos trabalhadores e às trabalhadoras. Defenderam, ainda, que o Senado barrasse a medida para evitar que novos ataques à classe trabalhadora e à legislação trabalhista se consolidassem.